

Análise de Impacto Regulatório - AIR

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

44ª Reunião Ordinária

Brasília, 29 de junho de 2021

"A Análise de Impacto Regulatório (AIR) é tanto uma ferramenta como um processo de decisão, com o objetivo de **informar os tomadores de decisão sobre se, e como, devem regular para atingir as metas das políticas públicas**".
(OCDE, 2012).



AIR

Análise de Impacto Regulatório

1

Auxilia na avaliação das vantagens e desvantagens de medidas regulatórias.

2

Envolve a análise e avaliação dos possíveis benefícios, custos e efeitos de decisões regulatórias novas ou já existentes.

3

Aprimora a regulação, tornando transparentes as vantagens e desvantagens de propostas regulatórias.

Benefícios da AIR

- Busca avaliar o impacto que novas propostas regulatórias poderão impor à sociedade antes que a regulação seja posta em prática;
- Fornece uma definição precisa da questão regulatória, com base em evidências;
- Antecipa a identificação de possíveis problemas e soluções;
- Oferece dados empíricos para os tomadores de decisão sobre as possíveis consequências da regulação.

“AIR é uma ferramenta de apoio à decisão que envolve um conjunto de métodos dirigidos a examinar, medir e avaliar sistematicamente os benefícios esperados, os custos e efeitos e impactos negativos e positivos de regulações existentes ou propostas, através de um processo de decisão baseado em evidências”.

Pedro Ivo Sebba Ramalho, 2017

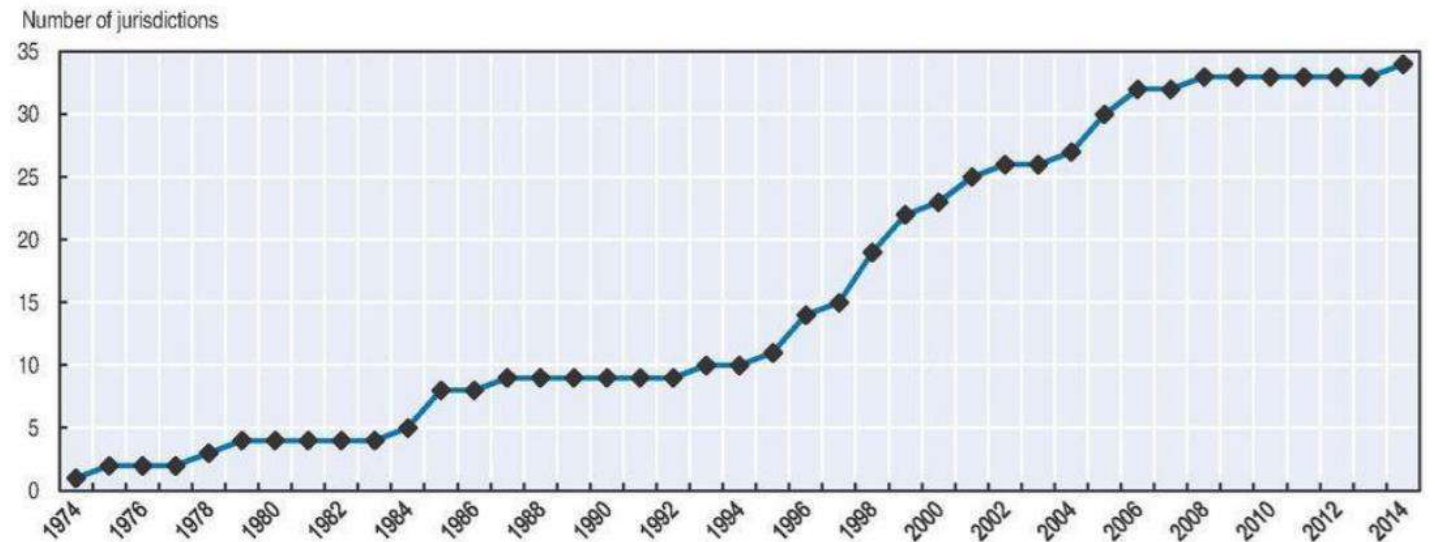
Origens da AIR

- Instituída nos Estados Unidos da América, no final da década de 1970
- 1974: o governo de Gerald Ford edita a Executive Order 11.821 para criar a “avaliação de impacto inflacionário” para novas regulações elaboradas pelas agências;
- 1978: Por meio da edição da Executive Order 12.044, de 1978, o presidente Jimmy Carter criou a obrigação de que suas agências elaborassem uma “análise regulatória” sobre cada nova proposta de regulação.

Disseminação da AIR


- Após as primeiras experiências, a AIR difundiu-se e hoje é amplamente utilizada em vários países, especialmente nos EUA, Canadá, Austrália, México, Reino Unido, Dinamarca e Holanda
- Há crescente adesão de outros países do mundo, como consequência de recomendações recentes de organismos internacionais.
- A partir da sua criação, houve uma crescente expansão da prática de AIR, em especial nos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- Nos países em desenvolvimento, a aplicação não é muito difundida. Exceções:
 - México, que conduz mais de 200 AIRs por ano;
 - Vietnã, onde a AIR é relativamente comum antes da apresentação de um projeto de lei na Assembleia Nacional;
 - Brasil, que realiza dezenas de estudos de AIR por ano nas agências reguladoras federais.

- No âmbito da OCDE houve uma crescente adesão dos países para as práticas de AIR nas últimas décadas. Praticamente todos os seus atuais países membros, têm desenvolvido medidas para incluir a AIR no seu processo regulatório.

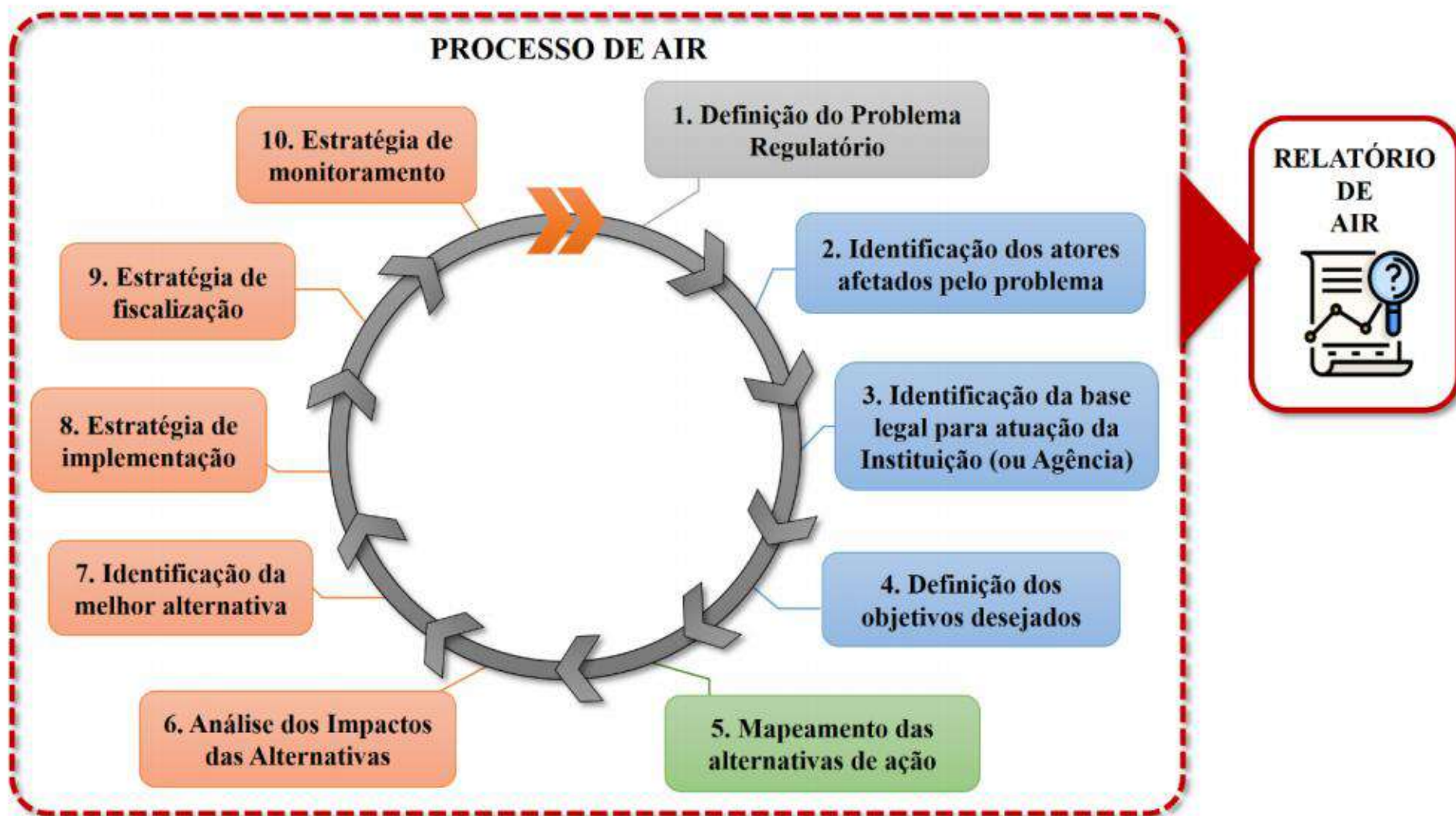


Note: Based on data from 34 countries and the European Commission.

Source: 2014 Regulatory Indicators Survey results, www.oecd.org/gov/regulatory-policy/measuring-regulatory-performance.htm.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933262870>

Processo de AIR

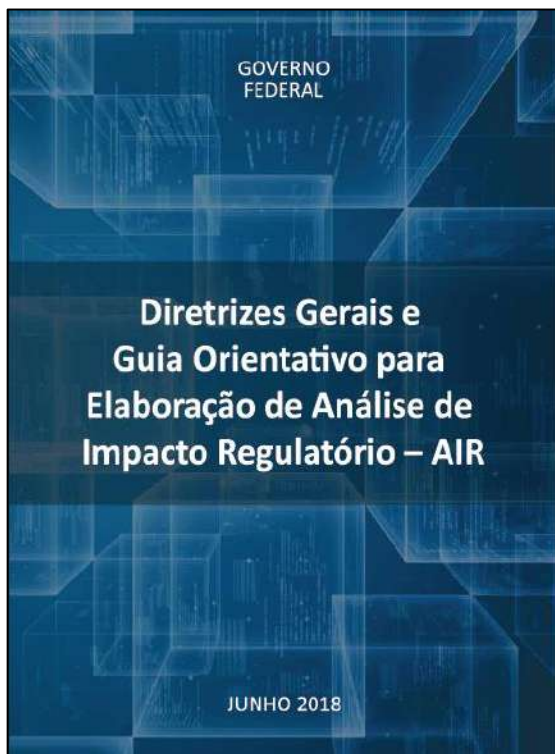


Metodologias para Análises de Impacto Regulatório (AIR)

Metodologia	Característica	Quando utilizar	Quando não utilizar
Análise multicritério	Modelo Matemático que permite criar perfis de impacto para cada alternativa viabilizando comparar o desempenho de diferentes ações para o mesmo problema.	Quando a decisão regulatória englobar critérios com diferentes tipos de escalas ou que necessitem da construção de descritores matematicamente mensuráveis.	Quando a decisão regulatória incluir critérios com escalas de mensuração claramente definidas e com taxas de compensação (pesos) previamente estipuladas.
Análise de custo-benefício	Modelo Econômico que permite calcular a taxa de utilidade social (função bem estar) de cada alternativa.	Quando o objeto de análise de uma alternativa for a relação entre custo e benefício.	Quando o objetivo principal da decisão regulatória não for analisar o bem estar social que cada alternativa proporciona.
Análise de custo-efetividade	Modelo Econômico que permite calcular o custo de oportunidade e o índice de custo-efetividade de cada alternativa de decisão.	Quando o objeto de análise de uma alternativa for a efetividade de atingimento dos resultados em função dos custos apurados para aquela ação.	Quando o objetivo principal da decisão regulatória não for analisar o custo-efetividade de cada alternativa de decisão.

Metodologia	Característica	Quando utilizar	Quando não utilizar
Análise de custo	Modelo Contábil que permite calcular os custos diretos, indiretos, fixos e variáveis de cada alternativa.	Quando o objeto de análise de uma alternativa limitar-se aos custos diretos, custos indiretos, custos fixos e variáveis bem como as perdas envolvidas ineficiência, ociosidade, qualidade).	Quando o objetivo principal da decisão regulatória não se limitar à análise contábil de custos das alternativas.
Análise de risco	Modelo Econômico que permite calcular o grau de risco de todos os resultados negativos diretos.	Quando o objeto de análise de uma alternativa for o cálculo do grau de risco (probabilidade de ocorrência vezes a gravidade do resultado).	Quando o objetivo principal da decisão regulatória não estiver associado diretamente ao grau de risco de uma alternativa.
Análise risco-risco	Modelo Econômico que permite calcular o grau de risco de todos os resultados negativos diretos ou indiretos.	Quando o objeto de análise de uma alternativa for o cálculo do grau de risco – direto ou indireto – de cada alternativa.	Quando o objetivo principal da decisão regulatória não estiver associado direta ou indiretamente ao grau de risco de uma alternativa.

Referências



Governo do Brasil

O que você procura?



> Notícias > Economia e Gestão Pública > 2021 > 04 > Lançado novo Guia de Análise de Impacto Regulatório

REGULAÇÃO

Lançado novo Guia de Análise de Impacto Regulatório

Documento visa a fortalecer a disseminação de práticas voltadas à melhoria da qualidade regulatória

Publicado em 16/04/2021 11h27 | Atualizado em 16/04/2021 14h29

Compartilhe



A pós a publicação do Decreto nº 10.411, em 30 de junho de 2020 – que regulamentou a análise de impacto regulatório – a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, do Ministério da Economia, lançou o novo Guia para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR). O documento, elaborado pela Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade, visa a fortalecer a disseminação de práticas voltadas à melhoria da qualidade regulatória.

O guia é voltado aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional que trabalham com proposição de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados.

A nova publicação sucede o documento Diretrizes Gerais e Guia Orientativo para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório, publicado em 2018. O documento também agrega informações relativas a processos de inovação da advocacia da concorrência.

A AIR já é conhecida pelas agências reguladoras que, por força da Lei das Agências, são obrigadas a fazer a análise para atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos. Contudo, é a partir da publicação do Decreto nº 10.411 que a prática passará a ser exigida dos demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

[Acesse o Guia para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório](#)

<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/regulacao/videos-explicativos>

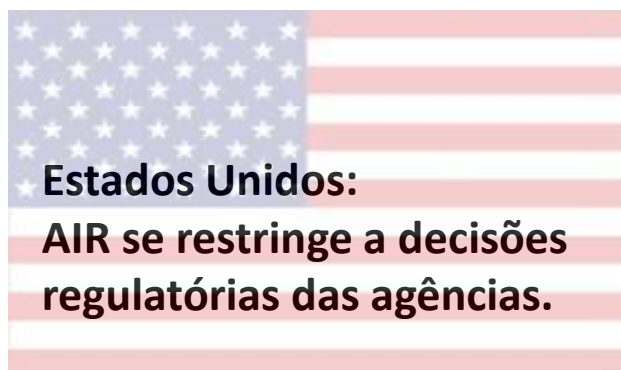
<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/air/o-que-e-air>

<https://enap.gov.br/es/acontece/noticias/professor-da-enap-explica-como-a-analise-de-impacto-regulatorio-pode-destravar-o-desenvolvimento-brasileiro>

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/04/lancado-novo-guia-de-analise-de-impacto-regulatorio>

Aplicações da AIR

- Não é um substituto para a tomada de decisão, mas:
 - contribui para seu desenho fornecendo dados, informações e justificativas mais consistentes para a ação regulatória.
- Não é por si só uma base suficiente para a tomada de decisão, mas:
 - pode ser usada como um apoio valioso para melhorar a qualidade da tomada de decisão.



Brasil: **Obrigatoriedade**

A partir de 15 de abril de 2021 para:

- a) Agências Reguladoras (Lei n. 13.848/19, Art. 6º; Dec. 10.411/20)
- b) Ministério da Economia (Lei 13.874/19, Art. 5º; Dec. 10.411/20)
- c) Inmetro

A partir de 14 de outubro de 2021 para:

Os demais órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Lei 13.874/19, Art. 5º; Dec. 10.411/20).

Segundo o Decreto 10.411, de 30 de junho de 2020 (Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019).

- Art. 1º, § 2º: O disposto neste Decreto [aplica-se às propostas de atos normativos formuladas por colegiados](#) por meio do órgão ou da entidade encarregado de lhe prestar apoio administrativo.
- Art. 3º A edição, a alteração ou a revogação de [atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços](#) prestados, por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e [fundacional](#) [será precedida de AIR](#).
- Art. 3º, § 2º O disposto no **caput** [não se aplica aos atos normativos](#):
 - I - de natureza administrativa, cujos efeitos sejam restritos ao âmbito interno do órgão ou da entidade; (...)
- Art. 4º A [AIR poderá ser dispensada, desde que haja decisão fundamentada](#) do órgão ou da entidade competente, nas hipóteses de:
 - I - urgência;
 - II - ato normativo destinado a disciplinar direitos ou obrigações definidos em norma hierarquicamente superior que não permita, técnica ou juridicamente, diferentes alternativas regulatórias;
 - III - ato normativo considerado de baixo impacto;
 - IV - ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito; (...)
 - VI - ato normativo que vise a manter a convergência a padrões internacionais;
 - VII - ato normativo que reduza exigências, obrigações, restrições, requerimentos ou especificações com o objetivo de diminuir os custos regulatórios; e (...)
- Art. 5º A AIR será iniciada após a avaliação pelo órgão ou pela entidade competente quanto à [obrigatoriedade ou à conveniência e à oportunidade para a resolução do problema regulatório identificado](#).

Consultas públicas

- Art. 8º O relatório de AIR [poderá ser objeto de participação social](#) específica realizada antes da decisão sobre a melhor alternativa para enfrentar o problema regulatório identificado e antes da elaboração de eventual minuta de ato normativo a ser editado.
- Parágrafo único. A realização de consulta pública será obrigatória na hipótese do [art. 9º da Lei nº 13.848, de 2019](#) (agências reguladoras).
- Art. 10. O órgão ou a entidade competente poderá utilizar os meios e os canais que considerar adequados para realizar os procedimentos de participação social e de consulta pública (...)
- Art. 11. A disponibilização do texto preliminar da proposta de ato normativo objeto de consulta pública ou de consulta aos segmentos sociais diretamente afetados não obriga a sua publicação ou condiciona o órgão ou a entidade a adotar os posicionamentos predominantes.

Análise do Resultado Regulatório (ARR) – Dec. 10.411/20

- Art. 12. Os atos normativos cuja AIR tenha sido dispensada em razão de urgência serão objeto de ARR no prazo de três anos, contado da data de sua entrada em vigor.
- Art. 13. Os órgãos e as entidades implementarão estratégias para integrar a ARR à atividade de elaboração normativa com vistas a, de forma isolada ou em conjunto, proceder à verificação dos efeitos obtidos pelos atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados.
 - § 1º A ARR poderá ter caráter temático e ser realizada apenas quanto a partes específicas de um ou mais atos normativos.
 - § 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com competência para edição de atos normativos sujeitos à elaboração de AIR nos termos de que trata este Decreto, instituirão agenda de ARR e nela incluirão, no mínimo, um ato normativo de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados de seu estoque regulatório.

Conclusões

- Avaliar a aplicabilidade do AIR para a atuação normativa/deliberativa do CNRH.
- Verificar conformidade/obrigatoriedade com fundamento nos dispositivos do Decreto n. 10.411/20 (Art. 1º, § 2º - órgãos colegiados) considerando que:
 - O AIR não é necessário para todas as deliberações do CNRH (Arts. 3º § 2º - casos em que não se aplica; e 4º - casos de dispensa).
- Consulta a boas referências para elaboração de AIR (manuais, guias, etc.)
- Capacitação do corpo técnico para elaboração de AIR (Escolas de Governo: ENAP, etc...)

Obrigado!

Controladoria-Geral da União – CGU

Secretaria Federal de Controle Interno – SFC

Diretoria de Auditoria de Políticas de Infraestrutura – DI

Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – CGDRA

Coordenação de Auditoria de Regulação – CREG

sfc.cgdra@cgu.gov.br

sfc.creg@cgu.gov.br